



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
XIV Legislatura – 1ª Sessão legislativa

ATA NÚMERO VINTE E OITO

Aos nove dias do mês de julho de 2020, pelas catorze, reuniu a **Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território**, presencialmente e por videoconferência, na sala um do Palácio de S. Bento, na presença dos Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- Audição da Associação ANIMAL, no âmbito da aplicabilidade e regulamentação da lei 20/2019 de 22 de fevereiro, [a requerimento da Deputada Não Inscrita Joacine Katar Moreira](#).

—**Presenças:** José Maria Cardoso (BE); Paulo Leitão (PSD); Alexandre Quintanilha (PS); Ana Passos (PS); José Manuel Carpinteira (PS); Raquel Ferreira (PS); João Moura (PSD); Helga Rodrigues (PSD); Inês de Sousa Real (PAN); Joacine Katar Moreira (Ninsc); Cristina Rodrigues (Ninsc)

- **Suplentes:**

Maria Manuel Rola (BE); João Miguel Nicolau (PS); João Gomes Marques (PSD); Ofélia Ramos (PSD)

Esta reunião foi integralmente gravada e os respetivos registos encontram-se disponíveis para consulta na ar@net em Serviços – DRAA – Canal Parlamento, [http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL1/COM/11 CAEOT/CAEOT 20200708 4 VC.mp3](http://media.parlamento.pt/site/XIVLEG/SL1/COM/11_CAEOT/CAEOT_20200708_4_VC.mp3) pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O Presidente da Comissão, Senhor **Deputado José Maria Cardoso**, abriu a reunião, saudando os membros presentes, na sala e através de videoconferência, e forneceu algumas informações introdutórias de cariz técnico sobre o desenrolar da sessão. Dando de imediato início aos trabalhos, coube à Senhora **Deputada Joacine Katar Moreira** a apresentação do [requerimento](#), no seguimento do incumprimento da implementação da [Lei n.º 20/2019, de 22 de fevereiro](#) que prevê o reforço da proteção dos animais utilizados em circo.

A Senhora Deputada explanou o requerimento submetido, considerando necessário que sejam prestados esclarecimentos relativos à situação concreta dos animais selvagens utilizados em espetáculos circenses. Entendeu ser relevante ouvir esta Associação, pois passado mais de um ano depois da lei ter sido aprovada - mas não regulamentada e portanto não operativa - para aferir de que modo a legislação impactou a nível do bem-estar destes animais, e também auscultar sobre as



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE AMBIENTE, ENERGIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

XIV Legislatura - 1ª Sessão legislativa

hipóteses concretas que estes animais têm de vir a ser colocados em santuários nacionais e/ou internacionais.

Seguidamente, foi concedida a palavra à representante da **Associação ANIMAL, Rita Silva**, para a exposição inicial que colocou as suas preocupações com a ineficácia da aplicação da legislação, falta de operacionalização da lei e com a falta de informação que, mais de um ano após esta vigência, continua a existir, suscitando perplexidade verificar que somente há registo de 9 detentores de animais em circos, com apenas 22 animais selvagens a cargo.

Na ronda de intervenções, colocaram questões as Senhoras **Deputadas Raquel Ferreira (PS), Helga Correia (PSD), Maria Manuel Rola (BE), Inês Sousa Real (PAN), Joacine Katar Moreira (NInsc) e Cristina Rodrigues (NInsc)**.

A representante da Associação respondeu globalmente às questões colocadas pelos diversos Grupos Parlamentares e NInscs, transmitindo que, relativamente às diferenças de registos assinaladas pelos Senhores Deputados, a Associação apenas dispõe de informações parciais, e apenas através de fiscalização poderá ser apurado com exatidão este número. O funcionamento dos serviços responsáveis pela proteção animal (DGAV) não tem permitido dados fiáveis e não se tem verificado o cruzamento de dados com a entidade responsável pela Convenção Cites (ICNF). Referiu ainda que existe uma resistência grande da parte dos detentores, em resultado dos seus meios de subsistência serem posto em causa. Considera necessário um trabalho conjunto por região, colaborando e fomentando as estruturas circenses e criando melhores condições aos trabalhadores. Identificou também a falta de santuários de animais selvagens, que exigem um grande investimento. A associação tem conseguido encaminhar alguns animais para santuários através de associações parceiras estrangeiras, mas trata-se de um processo moroso e dispendioso, dependente da angariação de fundos. Reiterou que a regulamentação deve acautelar as necessidades dos trabalhadores de circo e encontrar formas de apoiá-las, referindo ainda o provável comércio de animais para outros circos ou parques zoológicos, com risco de tráfico de animais. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi dada por concluída a audição pelas catorze horas e cinquenta e cinco minutos, dela se lavrando a presente ata.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,


José Maria Cardoso